

VOZES AFRICANAS EM LINHAS PORTUGUESAS: OS TRABALHADORES DA CARAVANA DE HENRIQUE DE CARVALHO

AFRICAN VOICES IN PORTUGUESE LINES: THE WORKERS OF HENRIQUE DE CARVALHO'S CARAVAN

IVAN SICCA GONÇALVES*

RIBEIRO, Elaine. *Barganhando Sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013, 312 p.

A suposta ausência de fontes escritas por africanos alimentou por muito tempo a convicção sobre a impossibilidade da escrita de uma História da África, pelo menos até a ascensão e consolidação da área no cenário internacional a partir da década de 1960. No que diz respeito à história dos trabalhadores, que, em diversos contextos espaciais e temporais, raramente produziram eles próprios documentos escritos, estes sujeitos seriam, como sugere o livro clássico de Michelle Perrot, *excluídos da história*. Mesmo dentro da renovação historiográfica causada pelos estudos africanistas das últimas décadas, pouco se produziu sobre a história dos trabalhadores africanos no interior do continente antes da intensificação da presença colonial europeia no século XX. A exceção para esse recorte fica por conta dos estudos sobre a escravidão nas Américas, mas ainda sendo muito lacunar a produção sobre os trabalhadores que permaneceram no continente africano.

Revisitando uma fonte bastante conhecida pelos estudiosos da história de Angola oitocentista, os relatos da viagem do major português Henrique Augusto Dias de Carvalho até a mussumba (capital) do reino da Lunda (no equivalente ao nordeste da atual Angola), Elaine Ribeiro, no seu livro *Barganhando Sobrevivências: os trabalhadores da expedição de*

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). (Email: ivansiccag@gmail.com).

Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888), resultado de sua dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), procura enfrentar essa lacuna no conhecimento sobre a história dos trabalhadores angolanos no final do século XIX, ao recuperar a trajetória daqueles que viajavam junto ao major. Dessa maneira, a autora mostra como esses sujeitos históricos, acompanhados de suas experiências e aspirações, povoam o relato dessa importante expedição.

Com carreira militar no setor de obras públicas, Henrique de Carvalho trabalhou na administração de construções em várias regiões do Império Português (Macau, São Tomé, Moçambique e Luanda) antes de comandar a expedição à Lunda. O objetivo de sua viagem iniciada em 1884, em plena corrida imperialista, era o reestabelecimento das relações de Portugal com o soberano da Lunda, o Muatiânvua, cujo contato direto foi impedido por séculos por causa do bloqueio ao avanço de portugueses na região do rio Kwango, realizado pelos imbangalas de Kasanje. As poucas experiências anteriores de conexões diretas entre os portugueses e o Muatiânvua foram possíveis somente por agentes envolvidos no comércio de longa distância, como o sertanejo Silva Porto e o comerciante Rodrigues Graça. Tal expedição deu origem a uma extensa obra escrita por Henrique de Carvalho, intitulada *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888*, composta por oito volumes, quatro deles referentes à narrativa da viagem, o quinto sobre a história e etnografia dos povos da Lunda, o sexto sobre a língua lunda e o sétimo sobre meteorologia, clima e colonização portuguesa em Angola. O último volume, escrito pelo farmacêutico e sub-chefe da expedição, Sisenando Marques, trata do clima e natureza das terras de Malange à Lunda. Ainda acompanha a obra um álbum de fotografias tiradas pelo terceiro chefe da expedição, o capitão Sertório de Aguiar, com legendas e comentários de Henrique de Carvalho.

Procurando contextualizar a situação dos trabalhadores em Angola durante a segunda metade do século XIX, no capítulo 1 a autora recupera a produção legal sobre trabalho desde as primeiras leis abolicionistas, cujo destaque foi a proibição do tráfico transatlântico em 1836, decisão que geraria os primeiros contingentes de escravos africanos libertados pelo combate ao tráfico clandestino. Esses libertos ganhariam centralidade no debate colonial a partir de 1854, com o início da legislação de gradativa emancipação dos escravos, produzida no embate político sobre os perigos da ociosidade da população recentemente liberta, principalmente por causa da origem selvagem desses trabalhadores, com um debate que ganharia gradativamente contornos racistas. Com a necessidade pragmática de fornecer mão de obra necessária para implementação dos projetos de intensificação da colonização do

continente africano, as leis abolicionistas da segunda metade do século estariam sempre regulamentando uma liberdade gradual, prevendo obrigações de trabalho para os egressos do cativo a partir da transformação de categorias jurídicas (de escravo para liberto, de liberto para serviçal, e de serviçal para indígena), procurando assegurar o vínculo com os antigos senhores e, posteriormente, reprimindo a vadiagem, até instaurar a obrigação de trabalho a todos os africanos.

No capítulo 2 é analisado o cenário intelectual português que se atenta sobre a colonização da África, abordando os mais diversos posicionamentos sobre a questão: desde os círculos liberais liderados por Sá da Bandeira, passando pela burguesia comercial da cidade do Porto, cujo principal expoente foi Oliveira Martins, até a corrente de António Enes, com maior proximidade da experiência de administração colonial; e apontando as aproximações e ligações de Henrique de Carvalho a esses personagens e seus seguidores, lideranças das principais instituições promotoras das diretrizes do colonialismo português, com destaque à Sociedade de Geografia de Lisboa. Além disso, para compreender a visão de Carvalho sobre o tema, a autora reflete sobre sua participação nos círculos intelectuais da própria colônia, na articulação do major com membros da elite local que formariam a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geográficos Africanos, também conhecida como Sociedade de Geografia de Luanda.

Além dos círculos intelectuais que estão informando e patrocinando Carvalho, para compreender o seu projeto colonial a autora também analisa a experiência prática do major, caracterizada pela sua longa carreira no ultramar. Atentando-se para o confronto presente em sua obra entre suas convicções ideológicas informadas pela intelectualidade metropolitana e a realidade cotidiana de suas viagens, visível, por exemplo, nas modificações presentes na escrita da parte mais analítica de sua obra, feita sob moldes mais científicos, frente aos seus relatos da viagem, a historiadora demonstra que, ao desejar dominar as terras e os povos africanos, o militar tem a necessidade de compreendê-los e assim acaba registrando, junto aos seus objetivos iniciais, os interesses e lógicas das populações locais. Na imagem da autora, essa operação intelectual que faz com que o major reconheça a agência das sociedades africanas, assim como seus desejos e necessidades, configura-se em uma emergência de interesses africanos em interstícios do discurso colonial de Carvalho, possíveis de serem recuperados pelos historiadores.

Também diante dessa dialética entre o desejo de dominar e a necessidade de compreender está a relação do colonialismo português em geral, e Henrique de Carvalho em

particular, com os territórios do interior da África Central. O desejo português pela conexão entre a costa atlântica e a costa índica, materializado na chamada questão do *Mapa Cor de Rosa*, era composto fundamentalmente pelo desejo de controle das rotas comerciais que atravessam esse território, como explora a autora no capítulo 3. Inspirada nas propostas de Isabel Castro Henriques de estudo dos espaços africanos com base nas fontes portuguesas a partir das diferenças, antagonismos e cumplicidades da visão africana e europeia, Elaine Ribeiro realiza uma análise refinada dos marcadores espaciais que aparecem no relato da expedição, a exemplo da análise da configuração espacial da mussumba do Muatiânvua e sua relação com a organização do poder nessa comunidade.

No último capítulo, demonstrando grande sensibilidade e perspicácia na análise das fontes, a autora nos permite acompanhar os nomes, origens, trajetórias, perícias e aspirações de pessoas como Domingos, carregador e informante originário de Kasanje, Marcolino, ex-escravo e lavrador proveniente do Kongo, Antonio, criado leal originário do Golungo Alto e responsável por carregar a arma pessoal do major, ou do "velho Matheus", proveniente do Libolo e que se tornou liderança entre os trabalhadores da expedição, que, entre outros, fazem parte do conjunto de doze contratados em Luanda, referidos por Henrique de Carvalho como *loandas*. Esses trabalhadores de confiança, responsáveis, dentre outras funções, pela segurança da expedição, vão deixando seus rastros em diversas passagens da obra, povoando com suas histórias as páginas de Henrique de Carvalho (assim como as fotografias da expedição).

Esses trabalhadores residentes em Luanda, com os quais Henrique de Carvalho teve o primeiro contato na ocasião em que era o engenheiro responsável pela construção do Hospital Maria Pia, entre 1878 e 1882, de diversas origens e trajetórias, vivenciaram a experiência de serem escravizados e passaram pelas ambiguidades dos vários estatutos jurídicos criados pela legislação abolicionista portuguesa. Devido a essa experiência comum, um dos pontos fundamentais para esses trabalhadores foi o registro de seus contratos de trabalho em repartição pública, como garantia de seus direitos no uso como instrumento de barganha, além de provar sua condição de homens livres, o que também era importante para o major, pois era coerente com o seu discurso abolicionista e de legitimação do colonialismo lusitano.

Porém, para além da mobilização desses repertórios legais da sociedade colonial para defender suas reivindicações, os trabalhadores africanos também possuíam demandas e se organizavam dentro da sociedade expedicionária de acordo com lógicas africanas, a exemplo do fato de serem reconhecidos e se identificarem no interior como filhos de *muene puto* (rei

de Portugal) ou do *muata majolo* (senhor major), utilizando-se de relações análogas às de parentesco para criar elementos de distinção, assim como laços de responsabilidade e de integração social entre pessoas desenraizadas de suas origens e unidas por esse empreendimento. Às vezes, as demandas africanas atuavam contra os interesses da chefia europeia, como quando os loandas foram impedidos, por causa da pressa do capitão do navio de travessia do rio Kwanza, de fazerem a cerimônia de lavação da Igreja de Nossa Senhora da Muxima, da qual eram devotos, o que justificaria, com a ira da santa, todos os percalços da viagem.

A riqueza de informações que são dadas por uma fonte descritiva tão extensa permitiu à historiadora tamanha aproximação da realidade cotidiana desses sujeitos. No entanto, o aparente excesso de dados sobre os personagens que são recuperados na trama não impede um grande limite desse trabalho, que mantém lacunar a análise da grande maioria da sociedade expedicionária, indo pouco além do estudo mais detido sobre os doze loandas (e mais alguns outros membros da caravana, como o corneteiro Domingos, o cozinheiro José ou o professor José Faustino). A maioria dos estudos sobre as caravanas na África Centro-Ocidental acabaram mantendo o mesmo foco nesses grupos intermediários que ganhavam destaque aos olhos dos europeus e adquiriam crescente importância política e econômica no interior do continente, como os ambaquistas, macotas, sekulus e pombeiros, que compunham um pequeno grupo privilegiado em caravanas que, apesar de variarem muito de dimensões de acordo com a região e período histórico, podiam alcançar centenas ou até milhares de membros. A multidão de trabalhadores anônimos que também estão tencionando cotidianamente para barganhar suas sobrevivências das formas mais diversas possíveis, para além de paralisações ou de contratos de trabalho, permanece ausente em boa parte da bibliografia sobre o tema, com importante exceção do esforço da própria Elaine Ribeiro de superar essa carência na sua tese de doutorado *Sociabilidades em Trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)*, defendida em 2016, também na Universidade de São Paulo.

Apesar desse limite, deve-se destacar que este livro se trata de um estudo excepcional sobre a história dos trabalhadores em Angola colonial, ao revisitar de forma inovadora uma fonte extensa já bastante conhecida pela bibliografia especializada. Esse trabalho se soma a outros trabalhos recentes de historiadores africanistas brasileiros que, herdeiros de uma tradição da história social, contribuem para acessar as vozes daqueles que não escreveram a sua própria versão da história. Ao recuperar tantas informações sobre sujeitos subalternos

apagados pela narrativa das grandes viagens de exploração e conquista do interior do continente africano, Elaine Ribeiro conseguiu demonstrar que, como sugere a epígrafe de seu livro, uma citação de Maria Odila Leite da Silva Dias, esse esquecimento se deu muito mais por motivos ideológicos do que pela efetiva ausência de documentos.